Coloco em votação. Os favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação dos nossos trabalhos por 30 minutos.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Carlos Cezar, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da programação da Frente Parlamentar Evangélica, no Congresso Nacional, no dia 18 de dezembro do corrente ano, em Brasília.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de lei Complementar nº 30, de 2009, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de lei Complementar nº 39, de 2015, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de resolução nº 22, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa requerimento de retirada do Projeto de resolução nº 23, de 2015, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa requerimento de retirada do Projeto de resolução nº 29, de 2015, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de resolução nº 8, de 2016, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de lei nº 49, de 2016, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

Há sobre a mesa o requerimento de retirada do Projeto de lei Complementar nº 50, de 2016, de autoria da Mesa, com o número regimental de assinaturas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Queria pedir a suspensão dos nossos trabalhos até as 19 horas e 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de V. Exa., antes, porém, convocação: "Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do exposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 19 horas e 01 minuto, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar os projetos nº 1322, de 2019, e 1321, de 2019, ambos de autoria da Mesa."

Convocação: "Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do exposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relações do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o término da última convocação, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 84, de 2019."

Havendo acordo de lideranças, estão suspensos os nossos trabalhos até as 19 horas e 20 minutos.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 54 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. Para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 78a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 19/12/2019.

* * *

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 20 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.

* * *

18 DE DEZEMBRO DE 2019
78ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 84/19, salvo emendas e subemenda. Coloca em votação e declara aprovada a subemenda às emendas nºs 1 e 4, restando prejudicadas as emendas citadas. Colocada em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente.

2 - TEONILIO BARBA LULA

Declara voto favorável às emendas ao PLC 84/19.

3 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável às emendas ao PLC 84/19.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Coloca em discussão o PL 1112/19.

5 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 1112/19.

6 - PAULO LULA FIORILO

Discute o PL 1112/19 (aparteado pelo deputado Emidio Lula de Souza).

7 - ENIO LULA TATTO

Discute o PL 1112/19.

8 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 1112/19.

9 - CAIO FRANÇA

Discute o PL 1112/19 (aparteado pelo deputado Vinícius Camarinha).

10 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 1112/19.

11 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discute o PL 1112/19.

12 - JANAINA PASCHOAL

Discute o PL 1112/19.

13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão do PL 1112/19.

14 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, indaga acerca da emenda aglutinativa ao PL 1112/19.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por um minuto, às 21h45min, reabrindo-a às 21h50min. Suspende os trabalhos por mais três minutos, às 21h50min, reabrindo-os às 21h58min. Dá conhecimento, coloca em votação e declara aprovada consulta às lideranças, para que seja dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 1112/19, sendo dispensada a sua leitura. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação do PL 1112/19. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1112/19, salvo emendas e subemendas.

16 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita uma verificação de votação.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

18 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

19 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

20 - GIL DINIZ

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

21 - MARCIO DA FARMÁCIA

Declara obstrução do Podemos ao processo de votação.

22 - ED THOMAS

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 1112/19, salvo emendas e subemendas. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas A, B e C. Coloca em votação e declara aprovada a emenda aglutinativa ao projeto. Coloca em votação e declara rejeitadas as subemendas nºs 1 a 9.

24 - TEONILIO BARBA LULA

Declara voto favorável do PT às subemendas nºs 1 a 9 ao PL 1112/19.

25 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável do PSOL às subemendas nºs 1 a 9 ao PL 1112/19.

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Coloca em votação e declara rejeitadas, englobadamente, as demais emendas ao PL 1112/19.

27 - TEONILIO BARBA LULA

Declara voto favorável do PT às emendas ao PL 1112/19.

28 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável do PSOL às emendas ao PL 1112/19.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações.

30 - ALEX DE MADUREIRA

Solicita a suspensão dos trabalhos por dez minutos, por acordo de lideranças.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

32 - TEONILIO BARBA LULA

Para comunicação, informa o falecimento da mãe do deputado José Américo.

33 - GIL DINIZ

Declara voto favorável do PSL às emendas ao PL 1112/19.

34 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Convoca, para hoje, reuniões extraordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a ter início dentro de um minuto; e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a ter início um minuto após o fim da reunião anterior.

35 - HENI OZI CUKIER

Declara voto favorável do Novo às emendas apresentadas pela bancada ao PL 1112/19.

36 - CAIO FRANÇA

Declara voto favorável à emenda de sua autoria ao PL 1112/19.

37 - ARTHUR DO VAL

Declara voto favorável às emendas apresentadas pelo Novo ao PL 1112/19.

38 - DOUGLAS GARCIA

Declara voto favorável às emendas do PSL ao PL 1112/19.

39 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Defere o pedido do deputado Alex de Madureira e suspende a sessão às 22h10min, reabrindo-a às 22h17min. Convoca uma segunda sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1320/19.

40 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto contrário do PSOL ao PL 1320/19.

41 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Encerra a discussão do PL 1321/19.

42 - TEONILIO BARBA LULA

Informa que o PT encaminhará declaração de voto por escrito, contrário ao PL 1112/19.

43 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1321/19, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda. Lembra a realização da próxima sessão extraordinária, com início previsto para as 22 horas e 28 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 1 - Em discussão o PLC 84/2019. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo emendas e subemendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para declarar voto favorável em duas emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Não votamos ainda as emendas, mas já está registrada a declaração de voto de Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para declarar voto favorável às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

Em votação a subemenda às Emendas de nºs 1 a 4, apresentada pelo congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada, prejudicada as Emendas nºs 1 e 4.

Em votação as demais emendas, englobadamente, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para declarar o voto favorável às emendas que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental, está declarado o voto de Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para declarar voto favorável às emendas rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1112, de 2019, de autoria do Sr. Governador, que orça e fixa a receita de despesa do Estado para o exercício de 2020.

Para falar contra, o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Nascimento, eu queria pedir a V. Exa. até com a compreensão de todos que durante o processo de discussão do Orçamento não vou ceder comunicações, até para que a gente consiga o bom andamento do trabalho, para não ficar uma discussão paralela. Então peço desculpas a Vossa Excelência.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Por um minuto?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, não posso, deputado Nascimento. Eu agradeço e peço desculpas a Vossa Excelência. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Quero saudar as pessoas presentes hoje: os integrantes do Movimento em Defesa do Hospital Universitário da USP, que vem fazendo e organizando um grande movimento em defesa de um hospital que está sendo destruído pela Reitoria da Universidade de São Paulo, que não canaliza recursos públicos. Aliás, por uma reitoria que tem destruído serviços e setores essenciais da Universidade de São Paulo, como as creches, a Escola de Aplicação, o Hospital Universitário.

Há um verdadeiro sucateamento, uma verdadeira degradação dessas áreas importantes da Universidade de São Paulo. E o HU se insere exatamente dentro desse contexto. Apresentamos uma emenda, a pedido do movimento. Uma emenda para que o hospital continue funcionando, exatamente para financiar o pagamento, o salário dos servidores, dos profissionais da Saúde que já foram contratados, inclusive.

O Hospital Universitário cumpre um papel importante no atendimento de milhares de pessoas, não só da região do Butantã, mas de toda a região oeste da cidade de São Paulo. Então faço um novo apelo à liderança do Governo, para que essa emenda seja incorporada ao projeto que estamos debatendo agora, que é a Lei Orçamentária para 2020.

Também quero saudar as pessoas que estão acompanhando a sessão, que prestaram concurso na área do Tribunal de Justiça: os assistentes sociais, psicólogos, escreventes. Temos também alguns diretores de escola e supervisores de ensino.

E dizer também que apresentamos emendas também para que haja a chamada de todos os concursos que foram realizados. Várias pessoas foram aprovadas, foram chamadas, mas o Estado não deu posse para essas pessoas ainda, alegando falta de recursos.

Então apresentamos muitas emendas para várias áreas dos concursos que foram realizados.

Mas eu gostaria mesmo de dizer que o Orçamento, a peça orçamentária apresentada, sem a emenda aglutinativa, que não conhecemos ainda, ela será apresentada dentro de alguns instantes. Porque o debate que fizemos até agora foi em torno da Lei Orçamentária encaminhada pelo Executivo à Assembleia Legislativa.

Mais uma vez, os governos do PSDB encaminham um projeto de lei, uma Lei Orçamentária totalmente antissocial, antipopular e antidemocrática, que não atende as áreas sociais, não atende as demandas mínimas da população do estado de São Paulo.

Houve uma redução drástica, por exemplo, do orçamento da Habitação. Quase 50% do corte do orçamento da Habitação, um verdadeiro absurdo. Temos uma grande crise habitacional no estado de São Paulo. E o governo Doria cortou mais da metade do orçamento da Habitação. Isso vai prejudicar imensamente os poucos programas que temos na esfera estadual, de construção de casas populares no estado de São Paulo.

Então, na área da Habitação, estamos acompanhando e vendo que vai ser um desastre. Por isso que há emendas também nesse sentido, para que o governo repense esse Orçamento. Podemos mudar essa situação na emenda aglutinativa que será apresentada dentro de alguns instantes.

Na área da Educação, estamos chocados também. Porque é praticamente quase o mesmo Orçamento do ano passado. Houve apenas uma correção pela inflação, um aumento insignificante no orçamento da Educação. Isso significa que vamos continuar com as escolas sucateadas, degradadas.

Vamos continuar - se não for alterado esse Orçamento agora, na emenda aglutinativa - com os profissionais da Educação tendo um dos piores salários da Federação. Não haverá investimento também na construção de novas escolas.

O fato é que, se a Educação já está ruim, vai ficar muito pior, até porque o Estado, agora, lançou esse programa de escola de tempo integral, e não haverá recursos suficientes para financiar esse projeto. Porque essa escola custa, ela tem um custo muito maior do que uma escola que não é de tempo integral.

E aproveito para denunciar também, Sr. Presidente... Não posso deixar de falar aqui sobre o desmonte da Educação do estado de São Paulo, o fechamento de salas, o fechamento de turnos, em várias escolas do estado de São Paulo.

Nós tivemos um caso muito exemplar, que foi o caso da escola de Barueri, nesta semana, onde o governo fechou salas do ensino médio de uma escola estadual, a Escola Lenio de Moraes, que fica em Barueri, sem que a comunidade fosse avisada. Os pais não foram avisados, os alunos não foram informados, os professores não foram informados.

Veio uma ordem de cima para baixo, da Secretaria da Educação, praticamente fechando o ensino médio dessa escola. Mas houve uma reação dos alunos. Os alunos ocuparam a escola, como fizeram em 2015, ocupando 250 escolas que estavam ameaçadas de fechamento pelo governo Alckmin. E aí, houve uma grande movimentação dos alunos, ocupações, e o governo recuou. E isso aconteceu na escola de Barueri; foi uma vitória importante.

Mas esse processo de fechamento de salas, que é uma reorganização disfarçada, o que nós chamamos de uma reorganização branca, vem acontecendo em todo o estado de São Paulo, em centenas de escolas estaduais, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, mas sobretudo no ensino noturno e na Educação de Jovens e Adultos.

Quero reafirmar aqui essa denúncia, Sr. Presidente, que nós já levamos ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, à Comissão de Educação. Fizemos várias denúncias sobre fechamento de salas e turnos.

O Estado, o governo Doria vem fechando salas e, com isso, impedindo, obstruindo o acesso de milhares de crianças, jovens, adolescentes e adultos à educação básica. E a educação, hoje, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Como se já não bastasse esse boicote, essa reorganização disfarçada, há praticamente um congelamento do orçamento da Educação no estado de São Paulo. Então, eu queria levantar esse ponto, até porque é uma área em que nós militamos bastante.

Não posso deixar também de denunciar a falta de recursos e, sobretudo, o corte no orçamento do Iamspe, que é o Instituto de Assistência Médica dos Servidores do Estado de São Paulo. Nós estamos vivendo um grande drama no Hospital do Servidor Público Estadual, com a falta de funcionários; faltam médicos, faltam profissionais da Saúde.

O hospital também está sucateado, superlotado, funcionando em condições extremamente precárias, por falta de investimento, porque quem financia esse hospital é o servidor público, que tem o desconto de dois por cento no seu holerite, no seu pagamento. E o Estado não oferece a contrapartida.

Foi por isso que nós apresentamos diversas emendas ao projeto de lei, para que houvesse investimento do Estado. E a nossa grande luta histórica em relação ao Iamspe é que o governo faça a contrapartida de dois por cento por servidor público, que seria a cota patronal, para que o hospital possa funcionar, para que o Iamspe possa funcionar, atendendo com dignidade os nossos servidores, de todas as Secretarias e também dos outros Poderes: do MP, do TJ, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, do sistema prisional, da Polícia Civil. Só da Polícia Militar que não, porque a Polícia Militar tem o seu próprio instituto de saúde.

E a situação de calamidade não é só no Hospital do Servidor Público Estadual, não. Como eu disse, está sucateado, degradado, com o pronto-socorro totalmente superlotado. E, se o hospital funciona, é graças ao trabalho heroico e quase missionário dos servidores que estão atendendo à população.

Agora a situação de crise não é só lá no hospital, mas em todos os convênios do Iamspe, Sr. Presidente. No Ceamas, nos hospitais regionais, nas Santas Casas, nos laboratórios, nas clínicas, porque o financiamento é insuficiente. Existem regiões do estado onde o servidor quando chega no hospital que tem convênio como Iamspe, ele não é atendido porque o hospital informa a professora, o professor, por exemplo, que lá tem uma cota de atendimento e já estourou a cota, que é a cota que o Iamspe paga, que é um verdadeiro absurdo.

Aí a professora fica totalmente abandonada e sem assistência à Saúde. Ela tem que sair de Ribeirão Preto, de Presidente Prudente e ir até o Hospital do Servidor Público, no Ibirapuera. Isso é um absurdo total.

O fato é que nós apresentamos emendas par solucionar esse problema, tanto no Orçamento como também na LDO. Temos projetos de lei tramitando resolvendo essa situação de uma forma definitiva. Queria ressaltar a questão do Iamspe que é uma questão crucial para a manutenção da Saúde dos servidores e servidoras do estado de São Paulo. E muitas outras áreas que tiveram cortes também.

E não posso deixar ainda de registrar, Sr. Presidente, que nós queremos debater nesse Orçamento a auditoria da dívida pública do Estado que consome quase que 17 bilhões de reais que são canalizados para a União. Queremos auditoria dessa dívida que tem um forte impacto no Orçamento estadual.

Queremos, também, transparência e uma revisão drástica da política de desoneração fiscal que canaliza quase 20 bilhões e reais do Orçamento público para setores empresariais, com as isenções fiscais, com os descontos, como aconteceu agora com as empresas aéreas que foram beneficiadas com um desconto, uma redução de 25 para 12% na compra do querosene sem que o Estado tivesse nada em troca.

Um verdadeiro absurdo. Não há criação de empregos, a passagem continua cara no estado de São Paulo. São Paulo não ganhou nada com isso.

O ramo frigorífico que tem as isenções, os descontos também, a carne continua cara no estado de São Paulo, a Sadia que é uma das grandes beneficiadas pela isenção fiscal, por exemplo, é devedora da dívida. Outro dia eu mostrei a dívida dela com o Estado. Já passa de um bilhão e seiscentos milhões de reais.

Esse debate tem que ser feito quando se vota um projeto importante como esse de Lei Orçamentária para 2020. Temos aí uma previsão orçamentária de quase 240 bilhões de reais.

Queremos disputar esse recurso para as para as áreas sociais, porque o outro lado disputa. A dívida pública beneficia os banqueiros, os rentistas; os especuladores disputam a dívida pública brasileira, do outro lado setores empresariais que são articulados com o PSDB, com o governo, levam uma outra parte do Orçamento, como nós já denunciamos aqui, exaustivamente, em vários momentos, em vários debates.

Já pedimos CPI, auditoria, não há transparência nessa política de desoneração fiscal por mais que a gente faça requerimentos de informação, as informações não chegam na Assembleia Legislativa. Até o Tribunal de Contas tem dificuldade de ter acesso a essas informações. É uma verdadeira caixa preta essa questão da desoneração fiscal. Não há transparência nenhuma em relação a esse tópico.

Sr. Presidente, por tudo isso aqui a bancada do PSOL votará contrariamente a esse Orçamento do tucanato aqui do tucanistão, que é antissocial, é antidemocrático, porque não acolhe as demandas sociais.

E antissocial sobretudo porque mais do que nunca nós percebemos nessa análise que fizemos um corte drástico na Educação, congelamento no orçamento da Educação, corte drástico na Habitação, no Iamspe, não há também novos investimentos nas universidades, na USP, na Unicamp, na Unesp, no Centro Paula Souza, ou seja, no ensino superior, nós não vamos ter investimento nem no ensino técnico e tecnológico.

Então, por essas razões e outras, que serão apresentadas aqui durante o debate, é que nós, da bancada do PSOL somos totalmente contra esse Orçamento estadual do governo Doria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB – Para falar contra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Alesp, assessoria das bancadas, nós chegamos ao final do ano legislativo com o principal projeto de lei enviado para esta Casa, que é o Orçamento do Estado para o próximo ano.

A responsabilidade desse debate aumenta muito, deputada Valeria, em função do montante que o Estado tem para investir para o próximo período. Mas, antes de falar do próximo período, eu queria pedir para o Machado para que a gente pudesse ter aqui um raio-x.

* * *

- É feita exibição de imagem.

* * *

Se pudesse aumentar a tela, só se der. Se não der, eu vou usar aqui a minha, mesmo.

Para a gente perceber o que foi o governo Doria no ano de 2019 com o Orçamento. Reparem que secretarias importantes como por exemplo a Secretaria de Agricultura, ela tem um empenho de menos 25,3%; ou a Secretaria de Comércio e Serviços, com menos 42,3; a Secretaria de Energia, menos 28,9; Secretaria de Habitação, um absurdo, menos 38%; a Secretaria de Saneamento, menos 17,3%; por fim, Secretaria do Trabalho, menos 58,9.

Apenas duas secretarias tiveram aumento. E, é impressionante porque qualquer um aqui adivinharia quais são as secretarias que aumentaram. Uma, um aumento pífio: Ciência e Tecnologia, 8,39%; a outra, 55,77%, deputado Barba, a Secretaria de Comunicações.

A secretaria em que o Doria deve ter o maior interesse, porque é aqui que se produzem os vídeos, as fake news do governador. Porque é exatamente aqui onde o governador tem investido.